

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**OS IMPACTOS NOS INDICADORES ECONÔMICO-
FINANCEIROS DA PETROBRAS CAUSADOS PELA CORRUPÇÃO
DESVENDADA NA OPERAÇÃO LAVA JATO: UM ESTUDO DE CASO.**

PAULO VÍCTOR DE PINHO

UBERLÂNDIA / MG
2017

Paulo Víctor de Pinho

**OS IMPACTOS NOS INDICADORES ECONÔMICO-
FINANCEIROS DA PETROBRAS CAUSADOS PELA CORRUPÇÃO
DESVENDADA NA OPERAÇÃO LAVA JATO: UM ESTUDO DE CASO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis na Faculdade de
Ciências Contábeis da Universidade
Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Ms. Valdiney Alves
de Oliveira

UBERLÂNDIA / MG
2017

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar qual foi o impacto da Operação Lava Jato nos indicadores econômico-financeiros da Petrobrás. A importância desta empresa para o desenvolvimento econômico do país e os efeitos das fraudes nos resultados dela foram as motivações para a realização desta pesquisa. Por meio de um estudo de caso com abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando-se dos procedimentos de pesquisa documental, foram calculados os principais indicadores econômico-financeiros apresentados pela literatura no período de 2012 a 2016 como forma de identificar os principais impactos causados pela Operação Lava Jato. Os resultados encontrados apontam para uma piora substancial nos resultados da companhia intrinsecamente ligada aos eventos reconhecidos como fraude. Um fator destacado como motivo para essa piora foi o reconhecimento de perdas por *impairment* de ativos. De acordo com a administração da entidade, a queda de preços do petróleo em nível mundial foi uma das causas da redução dos resultados, sendo que este fato não foi passível de identificação por meio deste estudo.

Palavras-chave: Petrobras. Operação Lava Jato. Indicadores Econômico-Financeiros.

ABSTRACT

This study aimed to analyze what was the impact of Lava Jato Operation in the financial ratios of Petrobras. The importance of this company for the economic development of Brazil and the effects of fraud on its results are the reasons for carrying out this research. By means of a case study through with quantitative and qualitative approach, using documental research procedures, the main financial ratios were calculated in the period of 2012 to 2016. The results pointed to a substantial worsening in those ratios were intrinsically linked to the fraud. One factor highlighted as a reason for, is related to the accounting recognition of impairment losses. According to the entity's management, world decreasing in prices of petroleum was one of the causes of reduction results, but this could not have identified through this research.

Key words: Petrobras, Lava Jato Operation, Financial Ratios.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida que me deu, na qual tive a oportunidade de fazer o curso de bacharel em ciências contábeis na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde tive um excelente aprendizado e conheci pessoas maravilhosas que contribuíram para minha formação acadêmica, professores e colegas, e também profissional, já que só estou trabalhando onde estou hoje devido a indicação da Simone que conheci quando participei das atividades do Diretório Acadêmico. Uma dessas pessoas que também não posso deixar de mencionar é o meu orientador professor Ms. Valdiney Alves de Oliveira, o qual estimo e sem o qual eu não teria conseguido concluir esse curso. Desejo que Deus o abençoe e também à sua família e que sejam muito felizes em sua vida.

Enfim, obrigado a todos que me apoiaram nessa formação, minha mãe Ioneida Moraes de Pinho, irmãos Fernando Augusto de Pinho e Karina Aparecida de Pinho; que tiveram compreensão e paciência comigo, como minha noiva Edinane Rodrigues da Silva; e me incentivaram a concluir este trabalho, como a Cintia Cristina Stylianoudakis Martinelli, esposa do contador José Luiz Martinelli; para assim, me formar oficialmente como contador, que é uma profissão fantástica. Que Deus retribua a atenção e tempo que disponibilizaram para minha pessoa.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 Características e função da contabilidade e da governança corporativa.....	6
2.2 Fraudes e crimes	10
2.3 Operação Lava Jato.....	12
2.4 Análises econômico financeiras: indicadores e interpretações	14
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
4. ANÁLISE DE RESULTADOS	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

A competitividade e a busca pela eficácia e eficiência nos negócios por parte das corporações, faz com que a preocupação estratégica dos gestores seja importante para conquistar a confiança dos acionistas e, dessa forma, conseguir recursos de capital de terceiros dentro ou fora do país para custear os futuros investimentos.

Segundo Silva (2008), a contabilidade vem evoluindo com o passar dos anos em função de diversas pesquisas que contribuem para o aparecimento de melhores maneiras de controlar o patrimônio por meio de um sistema de informações que possibilitam a tomada de decisões mais racionais com a intenção de alcançar a continuidade e o sucesso das empresas.

Uma sociedade capitalista se desenvolve economicamente devido a exploração de atividades de serviços, atividades industriais e comerciais. As empresas investem e se especializam em um segmento econômico, almejando ter bons resultados. Na gestão dessas empresas, a contabilidade tem um papel importante, pois fornece informações adequadas e tempestivas sobre as alterações patrimoniais e o resultado econômico, possibilitando a tomada de decisão pelos administradores, bem como a avaliação de desempenho (LIMA, 2013).

Uma dessas empresas é a Petrobras que está inserida nos segmentos econômicos de exploração e produção, refino, comercialização, distribuição de derivados do petróleo, gás natural e biocombustíveis. Ela possui controle estatal e foi criada em 1953, durante o governo de Getúlio Vargas, num projeto que tinha como slogan “o petróleo é nosso”, sendo motivo de orgulho do povo brasileiro durante muitos anos, com o pioneirismo nos avanços tecnológicos como o desenvolvimento da Bomba T utilizada nos postos de combustíveis, a autossuficiência em 2006 e a exploração de petróleo no pré-sal (PETROBRAS, 2016).

Essa imagem foi abalada em 17 de março de 2014, quando foi deflagrada a operação da Polícia Federal denominada de Lava Jato, que investiga um esquema bilionário de lavagem de dinheiro e evasão de divisas, praticado em contratos de prestação de serviços assinados pela empresa com empreiteiras e empresas de consultoria (ENTENDA ..., 2015).

As denúncias de corrupção envolvendo ex-diretores da Petrobras que estão sendo investigadas na Operação Lava Jato, bem como a crise política que se instaurou no país, obrigaram a diminuição drástica dos seus investimentos na área social, já que o lucro da empresa foi reduzido a patamares bastantes inferiores aos até então apresentados ao mercado.

Isso pode ser comprovado por meio dos contratos firmados que em 2013 eram cerca de 350 que caiu para 200 em 2014 e até agosto de 2015, apenas 30 contratos foram firmados para à inclusão de populações vulneráveis (LIMA, 2016).

Conforme Caoli (2015), o Rio de Janeiro liderou a lista das cidades que mais se demitiu em 2015, devido às crises política e econômica que atingiram o país e ao ajuste fiscal do governo federal, aliados à crise na Petrobras com a Operação Lava Jato. Com isso, a análise feita pelo então secretário municipal de trabalho e emprego, Augusto Lopes Ribeiro, foi de que a Petrobras, cuja sede é na cidade, parou de investir e contratos que ela tinha com empresas prestadoras de serviços, pararam ou não se renovaram.

Diante do que foi exposto, a questão que norteia a realização deste estudo é: Quais foram os impactos na situação econômico-financeira da Petrobras causados pela corrupção desvendada na Operação Lava Jato?

Assim, o objetivo geral é verificar qual foi o impacto da corrupção na estrutura de capital, situação financeira e econômica dessa entidade. Têm-se como objetivos específicos analisar a evolução dos índices econômico-financeiros de 2012 a 2016, além de apresentar aspectos teóricos relevantes relacionados à condução dos negócios no Brasil.

O trabalho encontra-se dividido em cinco seções a saber: introdução, referencial teórico, aspectos metodológicos, análise dos resultados e considerações finais como encerramento do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Características e função da contabilidade e da governança corporativa

A contabilidade é importante na tomada de decisões na empresa e não se sabe ao certo quando ela surgiu. Há registros contábeis com data de 8.000 a.c., até a era cristã, inclusive na Bíblia é descrito um balanço patrimonial de abertura no capítulo 1 versículo 3 do livro de Jó e de encerramento no capítulo 42, versículo 12 do mesmo livro (PEREIRA et al, 2005).

Conforme Velter e Missagia (2007), o surgimento da contabilidade se deu praticamente, pela necessidade da organização dos dados econômicos, financeiros e patrimoniais de uma entidade e não é uma ciência exata, podendo ser conceituada como ciência econômico-administrativa que usa uma metodologia própria para cumprir as funções de controle (visa salvaguardar bens e direitos e é importante para a eficaz execução do planejamento), orientação/informação (a situação da entidade é comunicada pelos relatórios contábeis que servem para fazer o planejamento, bem como conferir se o que foi planejado está sendo executado e se as metas estipuladas estão sendo alcançadas) e registro (é a evidenciação dos dados que possibilita as funções de controle e de orientação). Com isso, atinge sua finalidade que é dar informações relevantes aos diversos usuários internos (administradores, sócios e

acionistas) ou externos (credores, governo e até mesmo concorrentes), auxiliando-os na tomada de decisão.

Velter e Missagia (2007) ainda mencionam sobre a função administrativa (consiste no planejamento empresarial e controle patrimonial que pode ocorrer no aspecto qualitativo, a identificação dos bens patrimoniais, e no aspecto quantitativo, valoração monetária dos bens patrimoniais) e a função econômica (apuração do crédito, que é o objetivo imediato das entidades com fins lucrativos). Uma “empresa só terá razão de continuidade se der lucro, ou seja, retorno do investimento dos sócios (ou acionistas/quotistas). Os administradores serão bem-sucedidos se tornarem a empresa rentável” (MARION, 2009, p. 11)

Para tanto, utilizam-se técnicas contábeis, ou seja, conjunto de procedimentos que são: escrituração (registro dos fatos que afetam o patrimônio da entidade, feita em ordem cronológica e em grupo de itens semelhantes, possibilitando identificar o componente patrimonial); demonstrações contábeis (são relatórios organizados e elaborados no fim de um determinado período, que de forma metódica, resumem as informações contábeis e atendem cada um a uma finalidade definida, com a evidenciação dos fatos patrimoniais e da situação da entidade); análise das demonstrações contábeis (usa processos e método científicos na interpretação, decomposição e comparação dos relatórios contábeis para obtenção de informações mais detalhadas, objetivando-se a avaliação financeira e patrimonial da entidade); e auditoria (exame racional e sistemático das demonstrações contábeis capaz de emitir opiniões sobre todos os aspectos do patrimônio da entidade, pois objetiva verificar e revisar registros e procedimentos usados na escrituração e visa avaliar a veracidade das informações expostas (SÁ, 1995, *apud* VELTER E MISSAGIA, 2007, p. 8)

Conforme Horngren, Sundem e Stratton (2004), uma informação contábil que realmente auxilia à entidade a alcançar suas metas e objetivos, deve responder a três questões de: registro – é a classificação e acumulação dos dados, que permite avaliar o desempenho da organização; direção de atenção – ajuda na localização de problemas, ineficiências e oportunidades na operação e está associada à análise rotineira dos relatórios contábeis; e solução de problemas – quantifica possíveis resultados a serem obtidos, recomendando a decisão a ser tomada.

De acordo com Iudícibus et al (2010), devido a convergência da contabilidade brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pelo *International Accounting Standards (IASB)* e a promulgação da Lei nº 11.638/07, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, conhecido como CPC 00, que foi baseado no *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* do IASB. Assim, as

demonstrações contábeis são elaboradas com base conceitual no CPC 00 cujos pressupostos básicos são: regime de competência e a continuidade; características qualitativas: compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, representação adequada, primazia da essência sobre a forma, neutralidade, prudência, integridade e comparabilidade; e limitações na relevância e na confiabilidade das informações: tempestividade, visão verídica e apropriada, equilíbrio entre custo e benefício e equilíbrio entre características qualitativas.

Ainda segundo Iudícibus et al, (2010), uma sociedade por ações (S.A.) deve divulgar o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis com suas respectivas Notas Explicativas, e se houverem, o Parecer dos Auditores Independentes, relatório do Comitê de Auditoria e o Parecer do Conselho Fiscal. Com isso, o usuário da informação contábil terá como analisar e comparar melhor o relatório financeiro para a tomada de decisão, tendo mais certeza do risco que estará assumindo, pois nas “novas práticas contábeis, é necessária a divulgação de várias informações em notas explicativas que anteriormente não eram exigidas, aumentando, assim, o conteúdo informacional desse relatório” (ANTUNES et al, 2012, p. 15).

A Lei nº 11.638 de 28/12/2007, que passou a vigorar em 2008 e modificou a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações vigente), determina que ao final de 12 meses (exercício social), as seguintes demonstrações contábeis devem ser apuradas: Balanço Patrimonial - BP, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido -DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC. Se a entidade for companhia aberta, ou seja, que tem seu capital registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, deve-se também elaborar a Demonstração de Valor Adicionado - DVA e publicar juntamente com as demonstrações, o Relatório de Diretoria (tem dados gerias da empresa como projeções financeiras, política de recursos humanos, etc.), as Notas Explicativas (esclarecem certas informações que não podem ser detalhadas nas demonstrações contábeis) e o Parecer dos Auditores Independentes (valoriza a informação contábil, pois verifica se as demonstrações apuradas seguiram os princípios contábeis, sendo que os comentários do auditor dão mais segurança para quem faz análise de balanço) (ASSAF NETO, 2010).

Para Matarazzo (2010), as demonstrações contábeis juntamente com as notas explicativas, fornecem um número enorme de dados e a análise de balanços coleta esses dados e os transforma em informações, tais como: situação financeira e econômica da empresa, desempenho, eficiência na utilização de recursos, tendências e perspectivas, pontos fracos e fortes, evidência de erros administrativos e causas de alterações na rentabilidade e situação financeira. Essa análise é baseada no raciocínio científico por meio do qual se extraem os

índices das demonstrações e os compara com os padrões, refletindo-se as várias informações obtidas e alcançando conclusões sobre as quais se tomam decisões econômico-financeiras.

Assim como a contabilidade, a governança corporativa é praticada há bastante tempo, mas essa expressão apenas começou a ser usada no âmbito da administração no século XX, a partir dos anos 1980. Ela consiste em uma série de códigos que objetivam prevenir problemas de práticas questionáveis de governança por executivos de empresas como ocorreram na Inglaterra, Japão, Austrália e Estados Unidos, priorizando os acionistas (ÁLVARES, GIACOMETTI e GUSSO, 2008).

Conforme Francischini (2013), a governança corporativa é uma prática que surgiu nas ciências administrativas e se enquadra na teoria da responsabilidade corporativa e sustentabilidade, mas guarda uma relação com as ciências jurídicas, porque o modo de gerir uma empresa afeta nas relações jurídicas privadas empresariais.

Segundo Silveira (2004), governança corporativa é um conjunto de mecanismos que buscam aumentar a chance de retorno do capital investido, o que gera confiança nos fornecedores de recursos, viabilizando o financiamento fundamental para o desenvolvimento das empresas e, conseqüentemente, para o local onde estão instaladas. Novos projetos das firmas teriam seus financiamentos facilitados bem como o mercado de capitais desenvolvido se tivesse uma melhor proteção aos investidores, principalmente os minoritários, em que fosse prezada a transparência nas informações (SROUR, 2005).

Para Pereira e Vilaschi (2006, p. 5), “o conflito de agência e a assimetria informacional aparecem como principais motivadores para a existência de governança corporativa em várias partes do mundo.” Rogers, Machado Filho e Securato (2008), comprovaram estatisticamente que essa assimetria informacional (efeito alavancagem) é menor em empresas que tem boas práticas de governança.

Segundo Carvalho (2007), a Bovespa se tornou guardiã dessa governança ao criar o Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2, passando a ter quatro mercados para negociação de ações, incluindo o mercado tradicional. Existem regras específicas de governança em cada mercado e para fazer parte, as empresas assinam um contrato com a Bovespa se comprometendo a cumprirem as exigências do mercado que desejam ingressar.

Segundo Rogers, Machado Filho e Securato (2008), esses mercados foram criados em 2000 e a quantidade das práticas de boa governança aumentam do Nível 1 para o Nível 2 e deste para o Novo Mercado, sendo que as empresas aderem de forma voluntária e para calcular a valorização das suas carteiras, foi criado o Índice de Governança Corporativa (IGC) em junho de 2001. Além desses níveis, também tem o Bovespa Mais em que as empresas listadas nesse

nível assumem compromissos de altos padrões de transparência com o mercado e governança corporativa (BM&FBOVESPA..., 2015).

Conforme Rogers, Machado Filho e Securato (2008), parece que a proposta do Novo Mercado e Níveis 1 e 2 da Bovespa surtiu efeito em alterar a estrutura da volatilidade e possibilitado o desenvolvimento do mercado de capitais nacional. De acordo Srouf (2005), os contratos privados como os da Bovespa podem ser importantes para a conduta das empresas quando impõem regras mais rígidas de transparência e de governança corporativa e que as características das entidades relacionadas com suas governanças afetaram diretamente seus retornos. Para Pereira e Vilaschi (2006), a governança corporativa funciona como mecanismo de convergência de interesses de agentes direta e indiretamente impactados pelas atividades das empresas e de grande impacto na confiabilidade do mercado de capitais facilitando a captação de recursos.

No Brasil, a governança corporativa surgiu da necessidade de modernização da alta gestão das empresas com o intuito de tornarem-se mais atraentes para o mundo dos negócios. Ela, foi acelerada pela privatização de empresas estatais, desregulamentação da economia e globalização, que tornaram o ambiente corporativo muito competitivo, só que ainda se caracteriza pela baixa atuação dos conselhos de administração, pela grande concentração do controle acionário e pela alta sobreposição entre gestão e propriedade (IBGC, 2014).

2.2 Fraudes e crimes

As corporações estão preocupadas com um ponto muito forte da corrupção corporativa que são os riscos, já que suscetíveis fraudes denigrem a imagem da empresa perante o mercado, demonstra falta de uma governança corporativa sólida e eficaz, além de causar prejuízo financeiro.

Uma alternativa que permite a fiscalização pelos funcionários e o alerta de uma provável fraude é a implantação de canais de denúncia. Ao se detectar uma fraude, é essencial saber o que a causou. A auditoria interna verifica a implementação e a aderência dos controles internos que podem precaver fraudes. O trabalho dos auditores é uma forma de suporte aos acionistas, conselho de administração, alta diretoria, fornecedores e clientes (COMO PREVENIR ..., 2012)

Conforme Bueno (2007), fraude significa roubo, engano, sonegação, trapaça, contrabando, falsificação, logro e embuste. Esse problema é bem antigo, pois não é de hoje que existem pessoas que praticam vários tipos de fenômenos econômicos para tirar proveito do próximo. Obviamente, esses fenômenos também evoluíram e globalizaram com o avanço tecnológico e a globalização das economias. Eles ocorrem pela coexistência de haver

fraudadores motivados, ter disponível vítimas vulneráveis que são adequadas e a ausência de regras e de fiscalização eficazes (MONITOR DE FRAUDE, 2016).

Outra definição de fraude é ato de má-fé ou ato ilícito que objetiva ganhar vantagens indevidas ou acrescentadas, para si ou para terceiros, geralmente por meio de omissões, mentiras, burlar as regras, abuso de poder, quebra de confiança dentre outros, que se divide em duas categorias: interna e externa.

A fraude interna ocorre com a colaboração de pessoas ligadas à empresa que pode acarretar em benefícios próprios e/ou prejudicar a própria empresa. Já a externa só é cometida por pessoas que não estão relacionadas a empresa e que serão beneficiadas de alguma forma.

Nas categorias internas, têm-se os tipos de fraude oportunista e premeditada. O primeiro ocorre com frequência, geralmente de baixo valor e é feito por cidadão comum. Já o segundo, é feito por profissionais que se organizam em quadrilhas especializadas e costuma envolver valores altos. São consideradas ações essenciais para prevenção e detecção de fraudes: monitoramento dos funcionários, mudança de procedimentos, auditoria interna e canal de ética corporativa (COMPLIANCE, 2015).

De acordo com Santos (2016), as fraudes ocorrem devido o controle interno ser deficiente, ter o sentimento de impunidade, dificuldade na obtenção de provas, recursos legais de defesa, agentes corruptores e corruptos. As áreas que estão mais sujeitas às fraudes são: licitações públicas, conformidade documental, controle de bens patrimoniais, administração de contratos, sonegação fiscal, convênios e repasses.

As fraudes podem ser do tipo: peculato, extravio, sonegação ou inutilização de documento ou livro, advocacia administrativa, emprego irregular de rendas ou verbas públicas, prevaricação, excesso de exação, corrupção passiva, facilitação de contrabando ou descaminho, condescendência criminosa, concussão, violação de sigilo funcional (feitas por funcionários públicos); usurpação de função pública, corrupção ativa, tráfico de influência, descaminho, sonegação de contribuição previdenciária, impedimento, contrabando, perturbação ou fraude de concorrência (cometidas por particulares); contratação de operação de crédito, ordenação de despesa não autorizada e inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar (feitas contra as finanças públicas); as fraudes de licitações (Art. 89 a 98 da Lei nº 8.666/93); lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (ou lavagem de dinheiro); e associação criminosa (sociedade de três ou mais pessoas com a finalidade de cometer crimes).

Um avanço importante foi à promulgação da Lei nº 12.846/2013, que ficou conhecida como Lei Anticorrupção, pois prevê civil e administrativamente a responsabilização das empresas que fazem atos lesivos contra o governo brasileiro ou estrangeiro. Essa lei preenche

uma lacuna no ordenamento jurídico do Brasil ao tratar sobre a conduta das pessoas corruptas e atende a compromissos firmados pelo país com outras nações. Além da responsabilidade objetiva, essa lei prevê penas mais rígidas, bem como acordos de leniência com empresas que colaboram com as investigações. Ela abrange todas empresas no território nacional, inclusive as empresas brasileiras que atuam no exterior, e pode ser aplicada pelo governo federal, estadual e municipal (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2016).

2.3 Operação Lava Jato

O Ministério Público Federal – MPF (2016) explica que a operação que investiga o esquema de desvios na Petrobras foi denominada “Lava Jato”, porque uma das organizações criminosas investigadas no início dessa operação era dona de uma rede de lava jato de veículos e postos de combustíveis que foi usada para lavar recursos ilícitos.

Ela é a maior investigação de lavagem de dinheiro e corrupção feita no Brasil, devido ao volume de recursos desviados dos cofres da maior estatal do país, Petrobras, estimado em bilhões de reais, que passou a ser investigada a partir de março de 2014. Esse esquema dura pelo menos dez anos e envolve grandes empreiteiras que se organizaram em cartel e pagavam propina de 1 a 5% do valor dos contratos superfaturados para funcionários da Petrobras que garantiam que somente as empresas do cartel participassem das licitações, operadores financeiros que eram responsáveis por lavar a propina e entrega-la aos beneficiários em forma de dinheiro limpo, e agentes políticos ligados aos partidos PP, PT e PMDB, que eram um dos beneficiários e garantiam a permanência dos diretores Paulo Roberto Costa na área de Abastecimento, Renato Duque na de Serviços e Nestor Cerveró na Internacional.

Em 2009, teve início a Operação Lava Jato com a investigação de uma rede de doleiros, ligada ao doleiro Alberto Youssef, que atuava em muitos Estados do Brasil por meio de empresas de fachada. Devido aos negócios que Youssef tinha com o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, descobriu-se um amplo esquema de desvios envolvendo a estatal conjuntamente com as maiores empreiteiras do Brasil e políticos de vários partidos.

Youssef e Costa foram presos em março de 2014. Com isso, as fraudes em obras da estatal passaram a ser o principal foco da investigação e teve impulso com as delações premiada dos presos. Costa afirmou que cobrava propina e repartia o dinheiro com políticos e que outros diretores da Petrobras também faziam isso. Com o avanço da investigação que se concentrou em três diretorias da Petrobras, executivos de nove empreiteiras acusados de participar no esquema foram presos em novembro de 2014 e atingiu às duas maiores do Brasil, Andrade Gutierrez e Odebrecht, em junho de 2015.

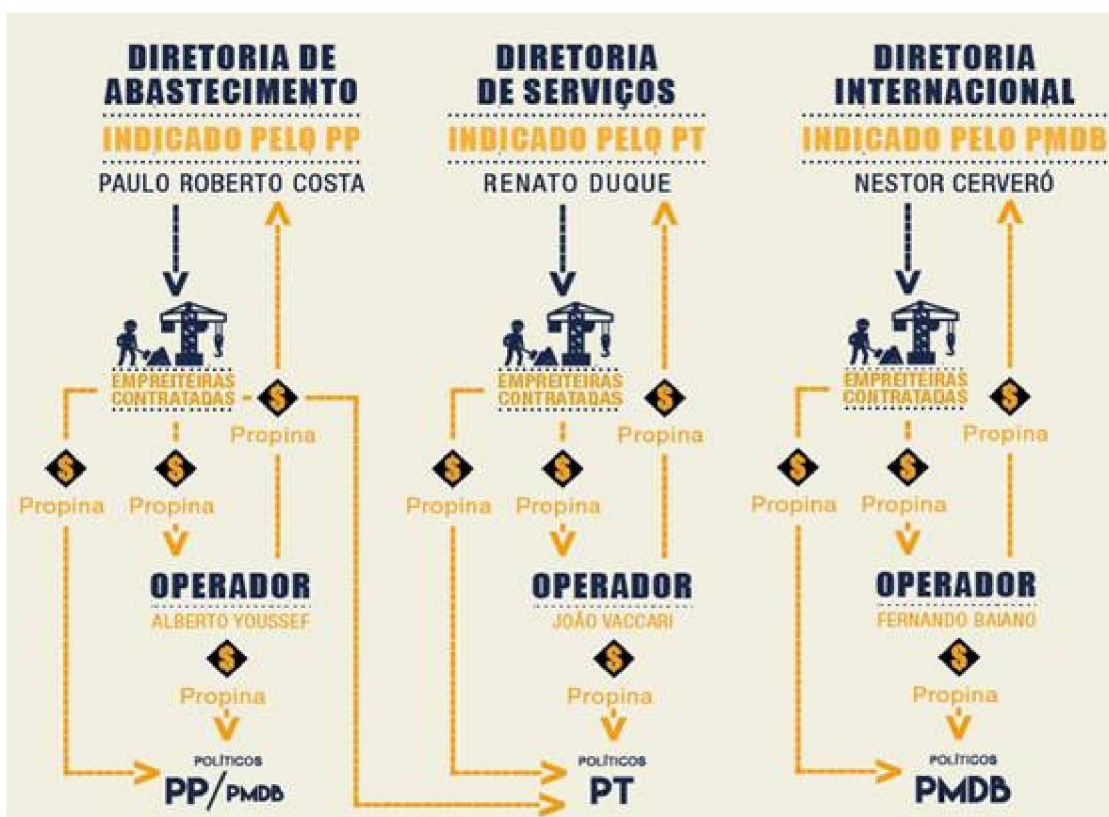
No balanço referente a 2014, publicado com atraso pela Petrobras em maio de 2015, o valor estimado das perdas com a corrupção foi de R\$ 6,1 bilhões. Para chegar a esse valor, foi aplicado o percentual de 3% sobre o valor dos contratos com os fornecedores investigados na área em que Paulo Roberto Costa foi diretor, já que ele afirmou ser a porcentagem da propina cobrada nos contratos firmados (FOLHA..., 2016).

Ao longo de 2014, o foco das investigações da Operação Lava Jato foi nas irregularidades em contratos da Petrobras com fornecedores de bens e serviços, que revelou o esquema de pagamentos indevidos a ex-diretores da estatal, a partidos e a agentes políticos, bem como a outros envolvidos, corrompendo-os para que praticassem atos de interesse da organização criminosa e se omitissem na adoção de medidas contra o funcionamento do esquema.

As autoridades públicas reconhecem que a Petrobras é vítima desse esquema e ela está colaborando com as investigações. Diante desses fatos, foram tomadas providências como maior rigor nas contratações, medidas jurídicas para ressarcimento dos recursos desviados, implantação de novo canal de denúncia, bloqueio cautelar das empresas investigadas e criação do comitê especial independente (PETROBRAS, 2016).

Na Figura 1 resume-se o que foi descrito nos parágrafos anteriores.

Figura 1 – Como funcionava o esquema de corrupção na Petrobras:



Fonte: Ministério Público Federal (<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>)

As investigações dessa operação continuam, mas as fases que estão sendo realizadas não envolvem mais pessoas ligadas diretamente à Petrobras como foi no início das investigações e a estatal está contribuindo para as investigações.

2.4 Análises econômico financeiras: indicadores e interpretações

Uma contabilidade bem estruturada e analisada com afinco, somada a uma governança corporativa atuante e rigorosa, são capazes de evitar fraudes como as encontradas na Petrobras. Conforme Lima et al (2014), essa estatal era usada pela União para controlar a inflação, pois com o subsídio dado aos combustíveis derivados do petróleo, a inflação de 2013 ficou abaixo do teto estipulado pelo próprio governo federal.

Em 2015, a Petrobras era líder mundial na tecnologia usada na exploração de petróleo em águas muito profundas, atuava em 17 países além do Brasil, fato importante na geração de muitos empregos diretos e inestimáveis empregos indiretos, por meio dela própria e de suas controladas como 18 usinas termelétricas, atuando nos segmentos de biocombustível, energia elétrica e gás natural, além de estar fortemente vinculada às usinas sucroalcooleiras, já que parte do etanol anidro hidratado é misturado à gasolina utilizada em diversos veículos automotores. Além disso, a Petrobras contribui, direta e indiretamente, na arrecadação tributária do governo federal, governos estaduais e municipais (BERCOVICI, 2015).

Para Martins, Diniz e Miranda (2012), o analista deve iniciar seu trabalho pelo Relatório da Auditoria. A análise das demonstrações financeiras é feita após uma seleção criteriosa de índices, ou indicadores, que representa o resultado da divisão de determinados dados informados nas demonstrações (MORANTE, 2009).

Martins, Miranda e Diniz (2014) comparam o analista a um médico e propõem três passos consecutivos para se ter um ótimo resultado na análise, que são: observação (identificar os elementos que mais chamam atenção), exame (faz as análises vertical e horizontal e cálculo dos vários índices como estrutura patrimonial, liquidez, rentabilidade etc) e interpretação (conclusões acerca dos indicadores).

Segundo Marion (2009), é possível ter uma visão da estrutura de capital da entidade a ser analisada por meio dos índices de endividamento; da situação financeira pelos índices de liquidez e da situação econômica pelos índices de rentabilidade. A análise da estrutura de capital possibilita saber a quantidade (participação dos capitais de terceiros sobre os recursos totais obtida pela divisão do capital de terceiros por capital de terceiros somado com o capital próprio)

e a qualidade (composição do endividamento obtida pela divisão do passivo circulante por capital de terceiros) da dívida.

Martins, Miranda e Diniz (2014) descrevem que o índice de Liquidez Corrente (ILC) mostra a capacidade da empresa de pagar suas dívidas a curto prazo e é obtida da divisão do Ativo Circulante e Passivo Circulante, em que se o resultado for maior que 1, significa que o Capital Circulante Líquido (CCL) é positivo, ou seja, a entidade dispõe de recursos suficientes para honrar seus compromissos no curto prazo e o índice de Liquidez Geral (ILG) apresenta os recursos da empresa para honrar as dívidas de longo prazo, obtido da divisão do ativo circulante somado ao realizável a longo prazo pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante. Morante (2009, pág. 33) afirma que “seu resultado para efeito de análise financeira será considerado, quanto maior, melhor para a segurança do credor”.

Conforme Matarazzo (2010), quanto maior for o índice de liquidez corrente, maior será a independência da firma referente aos credores e terá mais condição de superar crises e imprevistos. Já empresas que tem elevada participação de capital de terceiros não conseguem facilmente financiamentos nas instituições financeiras e estão suscetíveis à falência (MARION, 2009).

Marion (2009) também menciona sobre a situação econômica, em que os indicadores a serem analisados são o *Return On Investment* (ROI ou Taxa de Retorno sobre Investimentos - TRI) obtido da divisão do lucro líquido pelo total de ativos e representa o quanto a empresa irá obter como retorno de seus investimentos e o *Return On Equity* (ROE ou Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido - TRPL) obtido da divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido que representa o retorno apenas dos proprietários ou acionistas.

Com a missão de se entender a origem dos retornos surgiu em 1903, o Modelo Dupont, foi criado para explicar a origem dos retornos considerando cada aspecto das atividades da empresa de acordo com Johnson e Kaplan (1993). Assim, os indicadores econômicos utilizados nesse estudo serão agrupados no Modelo Dupont como forma de auxiliar na identificação de suas origens

O tópico a seguir discorre sobre os aspectos metodológicos, apresentando as fórmulas dos índices descritos pelos autores mencionados neste referencial teórico.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem natureza aplicada na área da contabilidade societária, por meio de um estudo de caso, com abordagem quantitativa que também apresenta características qualitativas.

Conforme Yin (2010), para atingir o objetivo proposto neste trabalho, será realizada uma pesquisa descritiva, pois visa relatar a mudança que pode ter ocorrido nas informações contábeis da empresa selecionada para o estudo. Quanto aos procedimentos, será uma pesquisa documental, já que as informações para o desenvolvimento do trabalho serão coletadas das demonstrações financeiras disponíveis ao público em geral, inclusive utilizando-se dos relatórios da administração (BEUREN, 2009).

Como forma de possibilitar as conclusões acerca do estudo serão analisados alguns indicadores econômico-financeiros apresentados no referencial teórico e calculados de acordo com a literatura conforme a seguir:

Para análise da estrutura de capital serão analisados os índices de Endividamento relativos a participação do capital de terceiros e perfil da dívida conforme equações 1 e 2.

A equação (1) demonstra o cálculo do Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o capital total, sendo que ele representa a quantidade financeira da dívida obtida junto a terceiros em relação ao total do endividamento:

$$ICT = \frac{Kt}{Kp + Kt} \times 100$$

Onde:

ICT: índice de Participação do Capital de Terceiros;

Kt: Capital de Terceiros ou Passivo Exigível Total;

Kp: Capital Próprio ou Patrimônio Líquido.

A equação (2) demonstra o cálculo do perfil da dívida, sendo que ele representa em qual período se concentram os vencimentos das dívidas (curto ou longo prazo) ou seja expressa a qualidade financeira da dívida obtida:

$$PD = \frac{PC}{PC + PT} \times 100$$

Onde:

PD: Perfil da Dívida;

PC: Passivo Circulante;

PT: Passivo Total (passivo circulante mais passivo não circulante).

Para análise da situação financeira será analisado o Índice de Liquidez Corrente calculado conforme equação (3):

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

ILC: Índice de Liquidez Corrente;

AC: Ativo Circulante;

PC: Passivo Circulante.

Para análise da situação econômica serão analisados o Índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Índice de Retorno sobre o Investimento (ROI), calculados conforme equações (4) e (5).

A equação (4) demonstra o cálculo do Índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), que mede o retorno que os proprietários terão ao fazer a escolha desta alternativa de investimentos:

$$ROE = \frac{LL}{PL} \times 100$$

Onde:

ROE: Retorno sobre o Patrimônio Líquido;

LL: Lucro Líquido;

PL: Patrimônio Líquido.

A equação (5) demonstra o cálculo do Índice de Retorno sobre o Investimento (ROI), que mede o retorno total tanto para proprietários quanto para credores do negócio:

$$ROI = \frac{LL}{AT} \times 100$$

Onde:

ROI: Retorno sobre o Investimento;

LL: Lucro Líquido;

AT: Ativo Total.

As análises econômico-financeiras do presente estudo serão decompostas por meio do Modelo Dupont apresentado pela literatura.

O limite deste trabalho consiste no recorte temporal da análise das demonstrações da Petrobras cuja análise considera um tempo antes e depois da Operação Lava Jato, ou seja, as demonstrações consolidadas e divulgadas no site da Petrobras voltado aos investidores

referentes aos anos de 2012 a 2016. Outro limite encontra-se relacionado a metodologia aplicada pois estudos de caso não podem ser generalizados para outras companhias/setores, além do uso apenas de informações disponíveis ao público em geral.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Os indicadores calculados sobre as demonstrações contábeis da Petrobrás encontram-se apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores Econômico Financeiros Petrobras

INDICADORES ECONÔMICO FINANCEIROS PETROBRAS	2012	2013	2014	2015	2016	Média
ICT - Participação do Capital de Terceiros	50,6%	53,6%	60,8%	71,3%	68,6%	61,7%
PD - Perfil da Dívida	20,6%	20,4%	17,1%	17,4%	14,7%	17,7%
ILC - Índice de Liquidez Corrente	169,6%	149,5%	163,3%	151,1%	179,8%	161,6%
ROE - Retorno s/ Patrimônio Líquido	6,3%	6,6%	-7,1%	-13,6%	-5,2%	-8,7%
ROI - Retorno s/ Investimento	3,1%	3,1%	-2,8%	-3,9%	-1,6%	-3,3%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio da Tabela 1 verifica-se que em 2012 o capital de terceiros representava 50,6% dos recursos totais que a Petrobras utilizou para a consecução dos seus objetivos. A utilização de recursos de terceiros aumentou com o passar dos anos alcançando seu patamar mais alto em 2015 (71,35%), obtendo uma queda em cerca de 2,7 pontos percentuais em 2016.

Dessa forma, acredita-se que a empresa em decorrência da fraude nos contratos de fornecimento e da própria gestão dos negócios, passou a utilizar recursos de terceiros como forma não somente de financiamento de suas atividades operacionais e investimentos produtivos, mas, também para o pagamento dos compromissos assumidos com “propinas”. Os custos financeiros dessa prática serão conhecidos somente após encerrados todos os processos que a entidade figurar como devedora e quitar suas obrigações decorrentes da mesma.

A informação dada pela Petrobras nas notas explicativas das demonstrações em 31 de dezembro de 2015 e 2014, referente aos financiamentos que aumentaram de 2014 para 2015, que os empréstimos foram utilizados para desenvolver projetos para o aumento da produção de gás natural e petróleo como a ampliação das unidades produtivas e usos diversos, porém, é possível que a magnitude ou a necessidade desses montantes seria reduzida caso as fraudes e o pagamento de propinas não existisse no período analisado.

O perfil da dívida da empresa passou a ser mais alongado, uma vez que em 2012 cerca de 20,6% da dívida era de curto prazo a qual foi reduzindo até alcançar o patamar de 14,7% em

2016. Isso significa que a estatal, embora tenha tido um aumento significativo da participação de capitais de terceiros no seu negócio, conseguiu equalizar as potenciais dificuldades financeiras no pagamento das obrigações de curto prazo, obtendo maiores prazos para gerar recurso por meio de suas atividades e consequentemente quitar as dívidas com terceiros.

Em relação ao Índice de Liquidez Corrente, observa-se que o mesmo foi bastante afetado pela situação da companhia, reduzindo significativamente durante o período, tendo como ponto alto dessa redução o ano de 2015, mantendo ou superando o patamar do ano de 2012 apenas no ano de 2016. Assim, é possível afirmar que a Petrobras, apesar de toda repercussão da Operação Lava Jato, conseguiu pelo menos equalizar seus compromissos de curto prazo uma vez que seu ativo circulante foi superior ao passivo circulante no período analisado. Porém, ressalta-se que se trata de uma análise tendo como base as demonstrações contábeis em uma data específica o que pode não ter sido constante durante o ano.

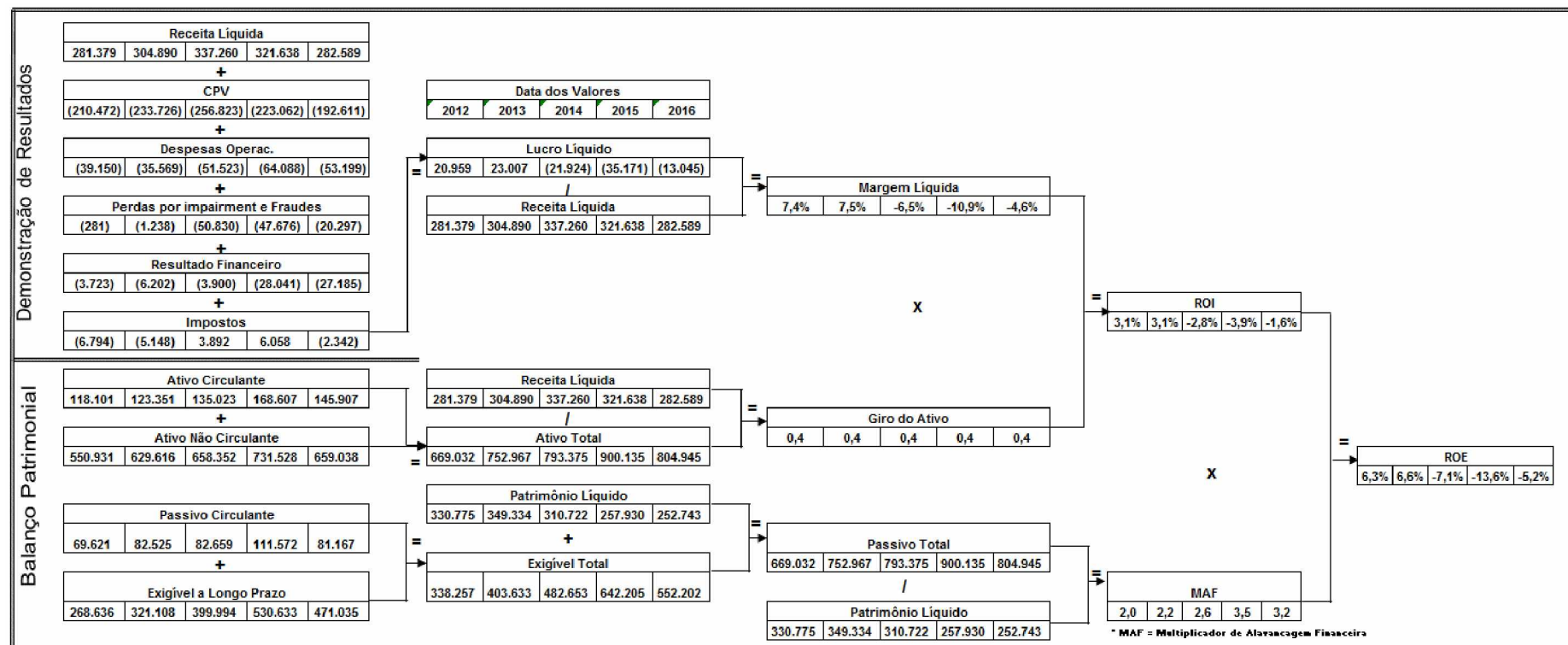
Em relação à rentabilidade dos detentores de capital (acionistas e credores), representada pelo ROI, percebe-se que a mesma ficou bastante prejudicada durante o período analisado, partindo de patamares positivos em 2012 (3,1%) alcançando retornos negativos nos anos em que se apresentaram os efeitos da corrupção investigada na Operação Lava Jato (2014 e seguintes) culminando em uma taxa de retorno média de cerca de 6,2%.

No entanto não se pode afirmar que tal redução seja causada apenas em decorrência dos gastos reconhecidos como fraude, uma vez que a própria empresa declara em seu relatório da administração que a queda de preços do petróleo em nível mundial tem afetado seus negócios e continuou sua trajetória de queda iniciada na segunda metade de 2014.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) seguiu a mesma trajetória do Retorno sobre os Investimentos (ROI) partindo de patamares positivos e alcançando índices negativos de retorno. Entende-se que os motivos da queda nesse importante indicador tem relação direta com os gastos oriundos das fraudes cometidas associados a conjuntura econômica e de mercado dos produtos explorados pela empresa. O impacto das fraudes no ROE se apresenta em uma magnitude muito maior do que aquele provocado no ROI, pelo simples fato de que nessa situação quem paga a conta são os proprietários do negócio, no caso os acionistas, sendo os credores afetados momentaneamente, pelo potencial risco de inadimplência e não pela remuneração de seus fatores em si.

Um aprofundamento nas contas de resultado e patrimoniais, a fim de se entender melhor quais foram os motivos que provocaram a queda dos indicadores de rentabilidade supramencionados, se torna necessária. Dessa forma, na Figura 2 encontram-se decompostos os indicadores de rentabilidade analisados.

Figura 2 -Decomposição dos Indicadores de Rentabilidade da Petrobras



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio da análise da Figura 2 é possível perceber que as margens líquidas da empresa foram reduzindo a cada ano até alcançar patamares negativos (em 2012 a margem líquida era 7,4% e alcançou -10,9% em 2015). Não houve no período incremento médio significativo na receita anual da companhia (o incremento médio foi de cerca de 0,09%) já que a mesma em 2016 permaneceu em patamares relativamente iguais aos de 2012. Considerando-se o crescimento médio dos custos de vendas, esse fato não é capaz de explicar por si só o decréscimo na rentabilidade da companhia em percentuais acentuados, já que a margem bruta da companhia cresceu de 25,2% da receita líquida em 2012 para cerca de 31,8% em 2016, o que representa um crescimento médio ponderado de 4,9%.

As despesas operacionais cresceram a uma taxa média ponderada de 6,3%. Desta forma, elas cresceram mais que proporcional, comparativamente ao lucro bruto, podendo ser considerada um dos ofensores a redução da rentabilidade da companhia. Já as Despesas Financeiras aumentaram significativamente, sobretudo nos anos de 2015 (8,7% da receita líquida) e 2016 (9,6% da receita líquida). O crescimento dessa linha denota a o crescimento das taxas de juros da companhia - que pode ser fruto da conjuntura econômica mundial - e também das suas dívidas que foram agravadas com o pagamento das propinas. Não é possível por meio da análise apresentada afirmar que os resultados econômicos seriam mais atraentes caso a economia brasileira, representada pelo PIB, tivesse experimentado um crescimento positivo no período estudado.

Nas Notas Explicativas das demonstrações de 2014 e 2015 existe a informação que a companhia reconheceu uma diminuição no seu PL em cerca de R\$ 6,2 bilhões, sendo que, do impacto total, cerca de R\$ 4.8 bilhões foi reconhecido na Controladora, nas contas de ativo imobilizado. O reconhecimento dessa perda pode ter influenciado no prestígio que a entidade tinha no mercado e na queda valor de suas ações, o que indiretamente tornou-a mais arriscada e, portanto, influiu também na taxa de juros que os credores exigiam como forma de remuneração, acarretando aumento nas despesas financeiras da entidade e na consequente redução da sua rentabilidade econômica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da Polícia Federal juntamente com o Ministério Público, que ficou conhecida como “Operação Lava Jato” culminou na descoberta de um prejuízo de bilhões de reais devido a corrupção que envolvia ex-diretores da Petrobrás, que superfaturavam contratos

de prestação de serviços de empreiteiras que faziam parte desse esquema ficando com parte dos valores auferidos pelas empreiteiras e repassando parte deles aos partidos políticos que os indicaram para os cargos.

O objetivo do presente estudo foi de analisar o impacto causado nos indicadores econômico financeiros da Petrobrás em função dessa prática fraudulenta e para cumprir com os objetivos preestabelecidos foram analisadas as demonstrações contábeis da companhia para os anos de 2012 a 2016, utilizando-se dos principais indicadores de estrutura de capital, de liquidez e de rentabilidade apresentados pela literatura acadêmica. A metodologia adotada foi um estudo de caso aplicado sobre as demonstrações dessa entidade.

Em relação às análises efetuadas, é possível que a piora dos resultados econômicos e financeiros atuais da companhia esteja intrinsecamente ligada aos eventos reconhecidos como fraude e não somente a conjuntura de mercado conforme afirma a administração da Petrobrás em seu relatório, porém, o estudo é incipiente para afirmar com segurança essa relação.

As perdas por *impairment* e aquelas relacionadas as fraudes contabilizadas parecem ter sido o principal agravante da queda de rentabilidade da companhia, uma vez que, se mantidas as proporções das mesmas em relação as receitas, o ROI e o ROE dos anos de 2015 e 2016 alcançariam patamares positivos (o ROI seria 1,2% em 2015 e 0,8% em 2016 enquanto o ROE alcançaria a magnitude de 4,3% e 2,4% em 2015 e 2016 respectivamente), embora elas não consigam responder por todas as reduções na rentabilidade da entidade. Vale ressaltar que as perdas por *impairment* podem ser frutos da conjuntura econômica atual e representam a melhor estimativa de recuperabilidade dos ativos da companhia, caso o mercado reaja elas podem ser revertidas alterando significativamente os indicadores ora calculados.

A Operação Lava Jato ainda está ocorrendo com novas fases e seu foco deixou de ser os desvios que ocorreram na Petrobras no início da investigação, já que a estatal está colaborando com a investigação e não se tem mais indícios de pessoas suspeitas ligadas diretamente à empresa. Constam no site da empresa que foram aprimorados os mecanismos para se evitar que os desvios descobertos nessa investigação voltem a ocorrer futuramente, como órgãos de Governança Corporativa e conselhos de fiscalização. A diretoria executiva tenciona dessa forma retomar a confiança do mercado, principalmente dos credores, incorrendo assim no alcance de recursos possivelmente mais atrativos do ponto de vista econômico.

Como recomendação para estudos futuros, a sugestão é verificar se as mudanças que ocorreram na gestão da estatal após essa investigação provocaram melhoria nos resultados e na credibilidade da empresa.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Elismar; GIACOMETTI, Celso; GUSSO, Eduardo. **Governança Corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=VE0yDr6aT90C&oi=fnd&pg=PP1&dq=normas+internacionais+governan%C3%A7a+corporativa&ots=JJUJ-AYCGy&sig=ibktfqJujXUJA7muLGEFxnARXo#v=onepage&q=normas%20internacionais%20governan%C3%A7a%20corporativa&f=false>>. Acesso em: 01/01/2014.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, vol. 10, n. 20, p. 5-19, jan. 2012. Disponível em: <http://www.fAAP.br/faculdades/economia/ciencias_economicas/pdf/revista_economia_20.pdf>. Acesso em: 04/04/2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, 2010.

BEUREN, Ilse Maria (coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

BERCOVICI, Gilberto. **A importância da Petrobras para o Brasil**. Artigo escrito em: 27/02/2015. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/12317/A-importancia-da-Petrobras-para-o-Brasil>>. Acesso em: 27/05/2017.

BM&FBOVESPA: a nova bolsa. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 10/02/2014.

BRASIL, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Lei Anticorrupção. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/responsabilizacao-de-empresas/lei-anticorruptao>>. Acesso em: 15/05/2016

BRASIL, Ministério Público Federal. Entenda o caso. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 15/05/2015

BUENO, Silveira. **Silveira Bueno: minidicionário da língua portuguesa**. 2 ed. São Paulo: FTD, 2007.

COMO prevenir a corrupção corporativa. 30/11/2012. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/noticias/como-prevenir-a-corruptao-corporativa>>. Acesso em: 10/02/2014.

CARVALHO, Antônio Gledson de. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. In: SILVA, André Luiz C. da; LEAL, Ricardo P. Câmara. (Org.). **Governança corporativa: evidências empíricas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 22-45.

COMPLIANCE. **Cartilha de prevenção a fraudes**. IRB Brasil RE, 23/03/2015. Disponível em: <https://www.irbbrasilre.com/Documents/Cartilha%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20a%20Fraudes%20revisada%203_WEB_VF.pdf>. Acesso em: 08/05/2016.

ECONOMIA. Plano de negócios de nova diretoria da Petrobras é embrinário, diz Monteiro. **Correio Braziliense**. 07/08/2015. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2015/08/07/internas_economia,493790/plano-de-negocios-de-nova-diretoria-da-petrobras-e-embrinario-diz-monteiro.shtml>. Acesso em: 08/05/2016.

CAOLI, Cristiane. Crise na Petrobras e ajuste afetam emprego no Rio, diz secretário. **G1**. 25/08/2015 Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/08/crise-na-petrobras-e-ajuste-afetam-desemprego-no-rio-diz-secretario.html>>. Acesso em: 08/05/2016.

ENTENDA a operação lava jato. **G1**. São Paulo e Brasília. 13/08/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html>>. Acesso em: 15/05/2015.

FOLHA explica: operação lava jato. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 07/05/2016.

FRANCISCHINI, Nadialice. Aspectos gerais sobre Governança Corporativa. **Revista Direito**. 27 maio 14. Disponível em: <<http://revistadireito.com/aspectos-gerais-sobre-a-governanca-corporativa/>>. Acesso em: 03/01/2014.

FUCHS, Angela Maria Siva; FRANÇA, Maira Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013. HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, Willian O. **Contabilidade Gerencial**. Traduzido para o português por Elias Pereira. São Paulo: Prentice Hall, 2004. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 04/01/2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; et al. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

JOHNSON, H. T.; KAPLAN, R. S. **Contabilidade gerencial: a restauração da relevância da contabilidade nas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

LIMA, Flávia et al. **Perdas da Petrobras se espalham pela economia**. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/a-influencia-das-perdas-da-petrobras-na-economia-brasileira>>. Acesso em 07/05/2016.

LIMA, Luciana. Prejuízo causado por corrupção faz Petrobras cortar verba de projetos sociais. **Último Segundo**. 19/08/15 Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/operacao-lava-jato/2015-08-19/prejuizo-causado-por-corrupcao-faz-petrobras-cortar-verba-de-projetos-sociais.html>>. Acesso em 06/05/2016.

LIMA, Marcos Gomes de. Contabilidade comercial e financeira. Recife: Faculdade Estácio do Recife (FIR). Graduação em Ciências Contábeis, 2013. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/252746806/Apostila-de-Contabilidade-Comercial-e-Financeira-pdf>>. Acesso em: 03/01/2014.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josediton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORANTE, Antonio Salvador. **Análise das demonstrações financeiras**: aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONITOR das fraudes. Disponível em: <<http://www.fraudes.org/>>. Acesso em: 08/05/2016.

OLIVEIRA, Alexandre M. Silva de; et al. **Contabilidade internacional**: gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Antonio N.; VILASCHI, Augusto. Governança Corporativa e Contabilidade: Explorando Noções e Conexões. In: SIMPÓSIO FUCAPE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA. 4., 2006, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: FUCAPE Business School, 2006. Disponível em: <<http://www.fucape.br/simposio/4/artigos/antonioi.pdf>>. Acesso em: 17/01/2014.

PEREIRA, Elias (organizador); et al. **Fundamentos de contabilidade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

PETROBRAS. **Operação lava jato**. Disponível em: <<http://lavajato.hotsitespetrobras.com.br/>>. Acesso em: 07/05/2016.

ROGERS, Pablo; MACHADO FILHO, Cláudio P.; SECURATO, José R. Governança corporativa, risco operacional e comportamento e estrutura a termo da volatilidade no mercado de capitais brasileiro. In: XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.pablo.prof.ufu.br/artigos/enanpad8.pdf>>. Acesso em: 03/01/2014.

SANTOS, Vicente Antônio dos. In: XIII SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS ETAPA – BRASÍLIA/DF - 28/03 A 01/04/2016. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/cursosseventos/orcamentaria/etapa-brasilia-i/oficina-96-principais-fraudes.pdf>>. Acesso em: 08/05/2016.

SILVA, Luiz Ivan dos Santos. Contabilidade: objeto, objetivos e funções - **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 38, p.79-101, jan/jun. 2008. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/5_contabilidade_objeto_objetivos_e_funcoes.pdf>. Acesso em: 03/01/2014.

SROUR, Gabriel. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, out-dez. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402005000400006>>. Acesso em: 03/01/2014.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Manual de contabilidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de casos:** planejamento e métodos. Traduzido para o português por Ana Thorell. Revisão técnica Cláudio Damacena – 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.